

IDENTIDADES PARTIDÁRIAS EM MATO GROSSO (1945-2002)

IDENTITIES IN PARTY MATO GROSSO
(1945-2002)

Vinicius de Carvalho Araújo¹

RESUMO: Este artigo aborda a continuidade das identidades partidárias ao longo da segunda metade século XX e início do século XXI. O sistema partidário vigorou entre 1946 e 1965, cujos grandes partidos foram PSD, UDN e PTB, acabou sendo congelado após a implantação do bipartidarismo. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) internalizou a disputa PSD-UDN, com os grupos de outrora vinculando-se às sublegendas (Arena I e Arena II). Já o PTB manteve uma forte identidade do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os principais episódios em que as identidades pessedistas e udenistas foram reavivados no bipartidarismo foram a fundação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a eleição de 1978. Após a criação de Mato Grosso do Sul em 1979, as identidades arenistas e emedebistas foram conservadas por um bom tempo, ao lado daquelas que vinham do período do multipartidarismo. Alguns episódios importantes foram a extinção do Partido Popular (PP) e sua posterior incorporação pelo PMDB, com as tensões daí resultantes, como na disputa de 1985 entre Dante de Oliveira e Rodrigues Palma; na filiação ao PMDB de egressos do PDS, como Agripino Bonilha Filho, candidato a Governador em 1990; e na reafirmação da tradição pessedista nas eleições de 2002 com Jonas Pinheiro.

Palavras-chave: Identidades partidárias. Elites políticas. Partidos. Eleições. Mato Grosso.

¹ Mestre em História. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Analista político. Gestor governamental em Mato Grosso.

ABSTRACT: This article explores the continuity of the party identities during the second half of the twentieth and the beginning of the twenty-first century. The party system lasted between 1946 and 1965, in which the great parties were PSD, UDN and PTB, was frozen after the installation of the Arena and MDB. The Aliança Renovadora Nacional (Arena) interiorized the struggle PSD-UDN, when the ancient groups linking to the sublegends (Arena I e Arena II). Meanwhile, the PTB maintained a strong identity in the MDB. The main events in which the PSD and UDN identities were resurrected were the foundation of the Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) and the election of 1978. After the creation of Mato Grosso do Sul in 1979, the Arena and MDB identities were conserved for a good time, by the side of those that came from the multiparty system. Some important episodes were the extinction of the Partido Popular (PP) and its further incorporation by the PMDB, with resulting tensions, like in the struggle of 1985 between Dante de Oliveira and Rodrigues Palma; in the filiation to the PMDB of egressed of the PDS, like Agripino Bonilha Filho, governor candidate in 1990; and in the reaffirmation of the PSD tradition in the election of 2002 with Jonas Pinheiro.

Keyword: Party identities. Political elites. Parties;. Elections. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Araújo (2012) adotou em seu trabalho sobre a dinâmica política mato-grossense um olhar estrutural adotado, para ampliar a sua capacidade analítica, em conformidade com a renovação teórico-metodológica da historiografia política. Para tanto, foram considerados os mandatos anteriores à divisão, a formação dos grandes partidos em Mato Grosso (PSD, UDN e PTB) e como eles organizaram a disputa política. Como seu surgimento deu-se ao final do Estado Novo (1945) e foi sentida a necessidade de recuar a narrativa para alcançar este momento de estruturação partidária e definição de identidades, muito fortes no período subsequente.

A principal razão é que o subsistema partidário que vigorou nesta época pode ser considerado como aquele de maior duração nacional do século XX, já que permaneceu ativo durante 20 anos. No caso de Mato Grosso, a instabilidade partidária do período acompanhava as disputas entre os grupos mais fortes no cenário estadual, como apontou Póvoas (1995). Mesmo se forem consideradas identidades partidárias mais duradouras, não seria um conjunto de partidos, mas apenas uma sigla ou movimento isolado.

As elites políticas de Mato Grosso congelaram estas identidades partidárias, pela forma como se deu a transição para o bipartidarismo posterior ao AI-2. Em função da liderança do Senador Filinto Müller junto ao PSD e seu alinhamento com o regime civil-militar em fase de articulação no Congresso Nacional, a maior parte do PSD mato-grossense optou por migrar para a Arena, quebrando o padrão dos outros Estados, que indicava uma divisão em duas metades. Como a UDN manteve seu comportamento nacional e se filiou em massa na Arena, e os sobreviventes do PTB se dirigiram ao MDB, o partido governista em Mato Grosso acabou internalizando a disputa PSD-UDN.

O movimento permitiu que os grupos políticos atravessassem o período, relativamente intactos, a despeito dos esforços de “arenização” realizado nos Governos Pedrossian e Fragelli. Os problemas de relacionamento de Garcia Neto como Governador terminaram no trauma da divisão do Estado e nas eleições de 1978, em que ex-PSD e ex-PTB se juntaram para derrotar a UDN, como nos velhos tempos. O multipartidarismo nasceu no Estado, portanto, contaminado por este legado e influenciou na identificação do PDS e depois PFL com o grupo do antigo PSD e depois Arena II; o PP, depois incorporado ao PMDB, PTB e fragmentado a partir da década de 1990, reuniu os antigos udenistas ou aqueles formados nesta tradição e, por fim, o PMDB e depois PDT, PSDB e PPS herdaram a maior parte da estrutura do MDB que, como foi apontado, nasceu das sobras do PTB na sequência do golpe militar de 1964.

FORMAÇÃO DOS PARTIDOS NO PÓS-ESTADO NOVO

Cabe abordar a formação dos três principais partidos existentes neste período, PSD, UDN e PTB. Na montagem do PSD, Vargas tentou manter intacta a rede de sustentação que articulava ao longo dos seus quinze anos de mandato (1930-1945), em particular no período do Estado Novo (1937-1945).

Skidmore (1992) denominou os atores integrantes desta rede como os “de dentro”, com ênfase em: 1 – As elites políticas e burocráticas com acesso ao aparelho do Estado no período varguista, bem como as respectivas clientelas vinculadas a elas; 2 – O capital agropecuário e industrial que obteve bons resultados com Vargas, admirava a ênfase urbana das mudanças (com a intocabilidade da propriedade concentrada da terra) e temia a instabilidade política que uma transição mais radical entre regimes poderia acarretar, prejudicando os seus negócios; 3 – Os trabalhadores urbanos, mobilizados pela legislação

trabalhista, previdenciária e sindical aprovada por Vargas e tutelados de forma paternalista.

Para Gomes (1988), a proposta inicial era construir um único partido “situacionista”, reunindo os interventores estaduais, suas respectivas máquinas políticas e os sindicatos. O projeto foi abortado pela dificuldade em compatibilizar um partido de massas (que se pretendia para o trabalhismo) e a cúpula governamental estadonovista, que optava por uma organização gerida por um colegiado e com bases políticas regionais.

Do lado oposto, a União Democrática Nacional (UDN) se formou como uma imensa frente de oposição a Getúlio Vargas e aglutinada pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, tenente participante da revolta do Forte de Copacabana, em 1922. Reuniu, portanto: 1 – As antigas oligarquias estaduais desalojadas do aparelho do Estado, em 1930, cujos líderes eram Otávio Mangabeira, Júlio Prestes e o ex-Presidente Artur Bernardes; 2 - Outros setores oligárquicos que só romperam com Vargas durante a década de 1930, como os tenentes Juarez Távora, Juraci Magalhães e o candidato a Presidente na abortada eleição de 1938, José Américo de Almeida; 4 - Os signatários do “Manifesto dos Mineiros”, de 1943, que representava o velho constitucionalismo liberal, órfão de 1930 e da candidatura de Armando Sales de Oliveira a Presidente, em 1937, como Afonso Arinos, Odilon Braga, Milton Campos e Pedro Aleixo; 5 - A denominada “Esquerda Democrática”, composta por setores do Partido Comunista descontentes com o movimento queremista e a aproximação com Vargas. Eles consideravam possível uma “união nacional” substanciada numa organização de massa que pudesse representar o antigetulismo. Com a ampliação da UDN, acabaram saindo desta proposta e fundaram o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em Mato Grosso, a construção do PSD seguiu o padrão nacional. A família Müller, em particular os irmãos Júlio e Filinto, foi o eixo ao redor do qual se formaram os partidos no Estado, conforme o critério situação-oposição. O ex-deputado estadual e federal Milton Figueiredo afirmou que os partidos em Mato Grosso foram fundados contra ou a favor de Filinto Müller². Quer dizer, o grupo do PSD procurou manter o situacionismo anterior.

Já Vespasiano Barbosa Martins filiou-se à UDN possivelmente pela postura oposicionista que as forças políticas da região sul faziam a

2 Depoimento de Milton Figueiredo em Neves, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos Políticos*. Rio de Janeiro: Mariela, 2001b.

Vargas e aos Müller e sua vinculação aos grandes pecuaristas³. A UDN surgiu em Mato Grosso, portanto, do agrupamento daqueles que se consideravam excluídos dos benefícios que o bom relacionamento com o aparelho do Estado conferia, bem como do acúmulo de forças por parte dos que se opunham à política de Vargas e seus representantes no Estado, liderados pelos irmãos Müller. Segundo Paulo Machado, a UDN foi formada pelos jovens do sul (ele próprio, José Fragelli, Wilson Barbosa Martins), porque os mais velhos ficaram esperando as definições das lideranças maiores para se posicionarem⁴.

PRESERVAÇÃO DAS IDENTIDADES APÓS O GOLPE MILITAR DE 1964

Logo após o golpe militar de 31/03/1964, um dos principais problemas enfrentados pelo Marechal Castelo Branco foi a montagem de um dispositivo partidário para suportar o novo regime, em particular no Poder Legislativo. Esta dificuldade, acrescida da fragilidade do quadro partidário, vinda da fase democrática (1945-1964)⁵, impôs um realinhamento dos partidos. Isso foi feito por intermédio do AI-2, que reagrupou as forças conforme seu apoio ao regime civil-militar, garantindo um partido estável de suporte ao Poder Executivo e uma oposição exercida dentro dos marcos definidos pela institucionalização em curso.

Na eleição de 1965 para Governador de Mato Grosso, na qual concorreram Pedro Pedrossian e Lúdio Coelho, o PSD pôde superar a UDN que, no Estado, tinha maior identidade com as camadas de renda mais baixa (em particular no norte do Estado). Augusto Mário Vieira recordou que a UDN em Cuiabá era “povo” e talvez não houvesse outra tão popular no Brasil.

Para Neves (1988), as eleições de 1965 são o fechamento de um ciclo no Estado, com dois candidatos sulistas típicos (Pedrossian nunca

3 Bittar (1999) lembrou que Vespasiano era descendente da família Barbosa, composta de importantes pecuaristas na chamada região dos “campos grandes”. Ele nasceu numa fazenda em Rio Brillhante e seu avô (Ignácio Gonçalves Barbosa) era fazendeiro da região da Vacaria.

4 Depoimento de Paulo Coelho Machado em Neves, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

5 Como destacou Brum (2000), os partidos gerados ao final do Estado Novo (PSD, UDN e PTB), além de outros menores, já vinham demonstrando sinais de fraqueza e debilidade. O autor lembrou que durante o mandato de João Goulart (1961-1964), em função das “reformas de base” propostas pelo Plano Trienal, elaborado quando Celso Furtado era o Ministro do Planejamento, tinham se formado no Congresso Nacional duas grandes frentes matriciais em relação aos partidos. Uma era a Frente Parlamentar Nacionalista, formada na maioria por integrantes do PTB e a Ação Democrática Parlamentar, composta por quadros da UDN e PSD. No interior dos partidos também havia diversas cisões, como a “Ala Moça” do PSD que preconizava renovação dos quadros partidários e a “Bossa Nova” na UDN, que apoiava o Plano Trienal contra a “banda de música”. Num certo sentido, estas clivagens já apontavam para a formação dos dois partidos após o AI-2, com a Arena herdando a Ação Democrática Parlamentar e o MDB constituindo dos egressos da Frente Parlamentar Nacionalista, após os expurgos praticados pelo regime.

estivera em Cuiabá antes) e sem nenhuma tradição eleitoral. A autora apresentou duas hipóteses que podem explicar o comportamento dos atores políticos nessa eleição. Na primeira, enfatizou o fato dos dois candidatos serem sulistas típicos, o que demonstraria a hegemonia da representação política do sul, refletida nas decisões partidárias. A escolha de candidatos passaria a ser, portanto, uma “exclusividade” sulista e o divisionismo triunfaria pela via eleitoral, o que exigiria mais astúcia das lideranças do norte. A segunda hipótese é um aspecto da primeira, o crescimento do PTB, que, mesmo freado pelas cassações e perseguições do golpe militar, vinha se impondo. E como este partido era mais forte na região sul, isso “disfuncionalizava” o sistema anterior e ajuda a compreender as eleições de 1965.

O “vazio” de lideranças, tanto no sul quanto no norte, pelo “envelhecimento” de uma geração (Filinto Müller, Vespasiano Martins, João Villasbôas, Júlio Müller, João Ponce, Dolor de Andrade, Demóstenes Martins, Fernando Corrêa da Costa) sem a “maturação” de outra a tempo, acabou oportunizando o surgimento de nomes novos, como Lúdio e Pedrossian. O golpe militar de 1964 fortaleceu a campanha de Lúdio e de Fragelli, pela UDN.

Do lado do PSD, o golpe foi do mesmo modo determinante, porque vitimou João Ponce de Arruda, que era o candidato nato do norte a um segundo mandato, e cassou Nelson Trad, vice-prefeito de Antônio Mendes Canale em Campo Grande, que lhe impediu de renunciar para concorrer a Governador. Pedrossian pôde construir o discurso vitimista que lhe garantiu os votos ideológicos antigolpe, em particular do ascendente PTB. Vale conjecturar se é possível uma transição pacífica de uma “geração” para outra em ciclos de 20 a 25 anos, no caso de Mato Grosso ou mesmo em nível nacional, num ambiente político com lideranças fortes e centralização da capacidade decisória nas cúpulas partidárias. Por transição pacífica entende-se uma passagem do comando político-partidário de uma geração para outra sem grandes disputas ou sequelas, com os próprios titulares dos cargos incentivando a formação da juventude. Ou se, como os fatos sugerem, é necessário um momento de “blecaute” das estruturas tradicionais para que surja um *outsider* que dê tempo para adaptação e troca de comando, efetivando a transição geracional. Fenômeno semelhante ocorreu nas eleições de 1978 e 2002 em Mato Grosso, melhor descrito adiante.

IDENTIDADES PARTIDÁRIAS NA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Na luta pela instalação da universidade federal em Mato Grosso e sobre a sua sede (Cuiabá ou Campo Grande), a Arena I esteve presente por meio do deputado federal José Garcia Neto, mais votado na eleição de 1966 (em particular na região norte⁶). Quando soube que Campo Grande estava postulando a sede da universidade, entrou com projeto para garantir sua permanência em Cuiabá. Sobre esse assunto, ele se recordou que

Eu fui partícipe desta luta pela universidade. Tenho documentos sobre isto. [...] Estou em casa, eu recebia jornais daqui e de Campo Grande, e leio que estava se organizando uma caravana de estudantes, profissionais e comerciantes de Campo Grande para virem a Brasília pleitear a criação da universidade federal de Mato Grosso, em Campo Grande. [...] Então eu fui à Câmara. Tinha uns projetos lá de criação de universidade. E fiz um projeto no mesmo dia, criando a universidade federal de Mato Grosso com sede em Cuiabá. [...] No dia seguinte, pode ser, no discurso que eu fiz, como inconstitucional, mas pelo menos eu registrei a intenção. E aí começou a campanha. (06/07/2006, entrevista).

Garcia Neto acompanhou de perto a tramitação deste Projeto de Lei e fez vários outros pronunciamentos no plenário da Câmara dos Deputados. Neles, sempre ressaltava a importância dessa instituição para o Estado e seus vizinhos e a própria rearticulação da Amazônia à economia brasileira, ora sob proposição. Num deles, leu em plenário uma indicação feita pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, sobre a necessidade de implantação da universidade federal no Estado, com sede em Cuiabá. Fez também algumas reclamações ao Ministério da Educação e à Presidência da República, no sentido da aprovação mais acelerada do projeto⁷. Apesar dessa participação do deputado federal Garcia Neto, a Universidade Federal foi considerada um reduto dos antigos “pessedistas” ou, de modo mais específico, do pedrismo.

6 Na eleição para deputado federal em 1966, Garcia Neto obteve 81,63% de seus votos na região norte e apenas 18,36% no sul. Foi o mais votado em quase todas as Zonas Eleitorais do norte (Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Poxoréu, Diamantino, Barra do Garças, Alto Garças e Barra do Bugres) e ficou em segundo lugar em algumas (Rosário Oeste, Poconé, Guiratinga, Alto Araguaia, Rondonópolis e Dom Aquino). Isso lhe caracterizava como um deputado “nortista”, do ponto de vista da representação. Ajuda a explicar também seu comportamento em relação à sede da UFMT e, depois, na polêmica sobre a divisão do Estado. Para mais detalhes, leia Tribunal Regional Eleitoral – MT. *Relatório Eleição 1966*. Cuiabá: TRE-MT, 1966.

7 Pronunciamentos do Deputado Federal José Garcia Neto na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, 12/08/1967.

O acontecimento teria se dado, como recordou o professor Alfredo da Mota Menezes, pelo fato da instituição ter sido instalada durante o mandato de Pedrossian e ter tido como primeiro reitor o Secretário de Educação do Estado (Gabriel Novis Neves). Além disso, outros quadros do ex-PSD tiveram participação relevante, como Benedito Pedro Dorileo, Sub-Reitor durante todo o período de Novis Neves (1970-1982); Oscar Ribeiro, técnico da universidade e diretor do seu Departamento Administrativo; Osvaldo Fortes, professor titular e integrante do Conselho Diretor; Bento Lobo, integrante do Conselho Diretor; e João Celestino Corrêa Cardoso Neto, o “João Balão”. Para Alfredo da Mota Menezes, após o final do Governo Pedrossian e com a posse de José Fragelli, muitos militantes que vinham do ex-PSD e tinham cargos no Estado foram exonerados e transferiram-se para a UFMT. A instituição teria se tornado, neste período, um “reduto pessedista” e, por ironia, foco de oposição a Garcia Neto (seu grande defensor no Congresso Nacional), o que ficaria claro na sua campanha para o Senado, em 1978.

PRESERVAÇÃO DAS IDENTIDADES ANTERIORES NA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA)

Durante o Governo Pedrossian (1966-1971), a Arena I foi para a oposição. No entanto, com a edição do Ato Institucional Nº 2, foram extintos os partidos políticos vigentes e instituídos apenas dois (Arena e MDB). A ex-UDN de Mato Grosso seguiu a tendência nacional transferindo-se, de forma majoritária, para a Arena. Mas as identidades partidárias foram mantidas durante todo o período do bipartidarismo, internalizando a antiga disputa PSD x UDN. Os quadros do PTB migraram, na sua maioria, para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se formou na oposição ao regime civil-militar. Em nível nacional, a maior parte dos formadores do MDB veio do PTB (cerca de 90%) e em Mato Grosso a tendência se manteve.

Contudo, o MDB contou também com algumas adesões da ex-UDN, como os deputados federais Wilson Barbosa Martins e Edson de Brito Garcia. O Senador Vicente Bezerra Neto e o deputado federal Miguel Marcondes, que assumira a vaga de Wilson Fadul quando este ocupou o Ministério da Saúde no mandato de João Goulart (1963-1964) e depois de sua cassação, eram filiados ao PTB, transferindo-se para o MDB. Na bancada estadual, sete deputados passaram a compor o MDB. O MDB teve, portanto, muita dificuldade de se estruturar em Mato Grosso, por sua pouca expressão político-eleitoral e pelas cassações que atingiram os seus principais líderes. Mesmo na porção

sul do Estado, era muito difícil formar um partido de oposição pela atuação da Associação Democrática Matogrossense (Ademat) na perseguição aos dissidentes do golpe de 1964. A comissão provisória foi composta pelo deputado Wilson Barbosa Martins, seu irmão Plínio, Lenilton Nasser, Plínio Rocha e mais cinco militantes⁸.

Neves (2001a) qualificou os engajamentos na Arena na transição de regimes como orientados pela matriz da racionalidade e não da ideologia. Para a autora, “[...] os interesses aglutinadores tinham o objetivo da manutenção do poder na órbita dos antigos grupos dirigentes, agora compatibilizados com o projeto ‘revolucionário’.” (NEVES, 2001a, p. 297). A Arena I teria comandado a Arena de Mato Grosso na representação estadual, secundada de perto pela Arena II. Dos 30 deputados da legislatura 1967-1971, 23 foram para a Arena e apenas 7 para o MDB. Dos 23 da Arena, 13 eram da Arena I (ex-UDN) e apenas 08 da Arena II (Ex-PSD). Na bancada federal, houve uma divisão mais pronunciada. Dos quatro deputados federais da UDN, eleitos em 1962 (Rachid Saldanha Derzi, Ítório Corrêa da Costa, Wilson Barbosa Martins e Edson de Brito Garcia Neto), dois foram para a Arena (Rachid e Ítório) e dois para o MDB (Wilson e Edson). Do ex-PSD, todos foram para a Arena (João Ponce de Arruda, Philadelpho Garcia Neto e Rachid Mamed).

As explicações para semelhante comportamento podem estar nas singularidades dos partidos em Mato Grosso. O ex-PSD teria migrado em massa para Arena, por força de seu líder maior (Senador Filinto Müller), que se decidiu por este partido. O fato de estar exercendo o Poder Executivo estadual com Pedro Pedrossian pode ter influenciado também, dadas às restrições que este possuía diante de alguns setores das Forças Armadas.

O caso da UDN é mais curioso. Como já foi dito, este partido acabou “substituindo” o PTB em boa parte das regiões do Estado (inclusive em Cuiabá), em especial até o final da década de 1950. O fato de se posicionar como oposição ao PSD e o caráter conservador e aliancista dado ao PTB pela liderança do ex-interventor Júlio Müller afastaram este partido de suas bases sindicais. Vale registrar também o fato de que os trabalhadores com maior tradição sindical e capacidade de organização política mais expressiva se concentravam na região sul, em municípios como Corumbá, Dourados, Três Lagoas e Campo Grande.

8 TEBET, Ramez. A História do PMDB no Mato Grosso do Sul. *Revista da Fundação Ulisses Guimarães*. Disponível em http://www.fugpmdb.org.br/Rev20_RTebet.htm. Acessado em 17/05/2007.

Outro fator importante, apontado por Neves (2001a), é que a herança de ex-UDN e ex-PSD se tornou mais presente pela pouca renovação dos quadros políticos durante a vigência do bipartidarismo. Segundo a autora, apenas três nomes sem filiação anterior foram eleitos para a Assembleia Legislativa. Este comportamento conformaria a oligarquização e o engessamento das relações políticas ao redor de Arena I e Arena II, no interior da Arena, bem como sua teia de compromissos com as bases municipais. Na formação da Arena, surgiu a disputa pelo controle do novo partido por parte dos correligionários de Arena I e Arena II. Como a Arena I estava mais fortalecida, por sua bancada estadual e a proximidade com os militares, partiu para uma ofensiva contra o governo Pedrossian. Nos dois principais episódios que marcaram este mandato (universidade e cassação), a Arena I teve participação destacada.

Skidmore (1988) observou que a nova regulamentação eleitoral permitia também a criação de sublegendas dentro dos dois partidos (Arena e MDB). O objetivo era trazer a disputa entre UDN e PSD para dentro da Arena e somar o eleitorado destes dois partidos, pela identidade anterior. Esta medida foi de suma importância, arrastando até a Constituição de 1988 e condicionando grande parte dos resultados eleitorais posteriores. Uma aliança, portanto, que rearticulasse o velho PSD (agora Arena II) e o PTB, convertido em sua maioria em MDB, sob a coordenação do senador Filinto Müller, assustava os egressos da ex-UDN (Arena I) e deve ter contribuído para a promulgação deste ato. A eleição de Fragelli para a Presidência da Arena e, depois, para Governador do Estado, alinhava-se, portanto, com este contexto nacional de harmonização das “duas arenas”, sob hegemonia udenista.

É interessante observar a preservação da identidade pessedista em Mato Grosso após a morte de seu grande líder, o Senador Filinto Müller, em 1973. Quem seria o herdeiro do comando político dos antigos pessedistas, agora filiados à Arena II? Não faltavam candidatos. Cabe citar aqui seus sobrinhos (o então deputado federal Gastão Müller e Gabriel, Presidente da Codemat); o deputado federal Emanuel Pinheiro; o ex-prefeito de Campo Grande Antônio Mendes Canale e; por último, mas não menos importante, Pedro Pedrossian. As circunstâncias do destino, como algumas fatalidades, erros políticos e, sobretudo, a divisão do Estado, fizeram com que o bastão da liderança política dos pessedistas fosse cair nas mãos do então prefeito de Várzea Grande, que contava na época com 24 anos. Seu nome: Júlio José de Campos.

O próprio Senador Filinto Müller teria dito a Júlio Campos, meses antes de seu falecimento, que via uma linha sucessória para os próximos Governadores, que deveriam ser todos do grupo da Arena II. Na sucessão de Fragelli, o candidato deveria ser Antônio Mendes Canale (1974), depois, Emanuel Pinheiro (1978) e, por fim, Júlio Campos (1982). Ele se recordou ainda que Filinto Müller não era adepto da “familiocracia” e ter-lhe-dito que nem Gastão, nem Gabriel Müller deveriam ser Governadores. Em pronunciamento no Senado Federal, em 12/07/1993, por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Filinto Müller, Júlio Campos se recordou de um encontro que teve com Filinto em Brasília poucos meses antes de sua morte. A data foi 15/03/1973 e Filinto presenteou Júlio com uma caneta, com a inscrição “Governador Filinto Müller”, que correligionários do ex-PSD entregaram a Filinto na eleição de 1960 para ser usada na assinatura do termo de posse. Filinto disse a Júlio que este ainda seria Governador de Mato Grosso e deveria assinar o termo de posse com aquela caneta, como prova da sua “linhagem” pessedista e da troca de comando de uma geração para outra⁹.

Onofre Ribeiro considerou Júlio Campos como o último “pessedista” em Mato Grosso, por seu perfil articulador, de bastidores e pelo trabalho de base feito nos municípios. Em cada município, ele identificava lideranças e nomeava como seus representantes, cujo apelido era “julinheiros”.

Durante o Governo Garcia Neto (1975-1978) e, em particular nas eleições de 1978, as identidades partidárias anteriores ao bipartidarismo foram reavivadas. Houve dificuldade de montagem da chapa majoritária, com o desafio de acomodar as “duas arenas”. A vaga de Governador, embora preenchida por eleição indireta, entrava no cálculo, somada com os dois senadores, já que uma das vagas foi o chamado “biônico”. Com a candidatura do então deputado federal José Benedito Canellas a Senador contra Garcia Neto na mesma vaga, estava dado o cenário para a reedição do enfrentamento político daquele momento. Seria de novo UDN x PSD, com destaque neste último para a ala pedrista, representada em Mato Grosso por Canellas, que adotou aqui o mesmo discurso de Pedrossian no sul, qual seja, o embate entre o homem comum e sem recursos para campanhas milionárias (ele mesmo) contra os grupos dominantes do Estado, que só

9 Pronunciamento do Senador Júlio Campos no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional* 2, p. 6.885, 13/07/1993.

se preocupavam com os seus próprios interesses (Garcia Neto). O desenvolvimentismo contra o tradicionalismo personificado na Arena I.

Motta (1979) observou que a votação de Canellas (125.434) se aproximou da soma dos votos obtidos por Raimundo Pombo (83.381) e Vicente Vuolo (47.668), o que sugere que os eleitores, que escolhiam qualquer um destes na vaga B, optavam por Canellas na vaga A. Garcia Neto (82.065), por sua vez, teve votação próxima à soma dos resultados do seu ex-Secretário Bento Porto (43.728) e Joaquim Nunes Rocha (31.989). A exemplo do que acontecia no período 1945-1965, quando o PSD se aliava ao PTB contra a UDN, era imbatível nas urnas. Para Canellas, as identidades partidárias pré-65 estavam arrefecendo no mandato de Garcia Neto (1975-1978), de acordo com os esforços de “arenização”. No entanto, a partidarização excessiva apresentada pelo Governador reativou as disputas anteriores ao bipartidarismo, o que foi decisivo para as eleições de 1978 e as seguintes, como apontou o deputado estadual Carlos Bezerra, na posição de líder da bancada do MDB na Assembleia Legislativa¹⁰.

Para Motta (1979), as candidaturas de Gilson de Barros e Carlos Bezerra a deputado federal pelo MDB contribuíram para o desempenho de Canellas na eleição de Senador. Bezerra tinha forte sentimento antiudenista, foi da juventude trabalhista e participou da defesa do mandato de Pedrossian contra a tentativa de *impeachment*, em 1967, na liderança do movimento estudantil. Gilson de Barros compôs o mesmo movimento e depois passou a exercer o cargo de Subsecretário de Fazenda sob Pedrossian e José Fragelli.

Neste eleição, toda a bancada do norte mato-grossense foi “promovida” para o Senado, com o único que manteve a posição contrária à divisão até o final, ficando na suplência de Vuolo (Rochinha), que reviu a sua posição durante a tramitação da matéria, ficou com o mandato de 4 anos e a dupla Gastão/Canellas, que sempre explicitaram seu divisionismo, ficaram com os mandatos de oito anos, sendo o primeiro deles com o “biônico”. Na esteira dessa “promoção”, foram abertas as 8 vagas na Câmara dos Deputados, o que permitiu a eleição de uma nova geração de políticos com menos de 40 anos, que marcaria o pós-divisão (Lourenberg, Carlos Bezerra, Gilson de Barros e Júlio Campos).

10 A Arena há 10 anos está tendo um mando político em Mato Grosso e ela vem através deste mando, trazendo sérios prejuízos para o nosso Estado, para a nossa administração [...] nós sabemos que Mato Grosso, houve sim uma udenização da Arena, o ex-PSD está totalmente marginalizado e contrariado, trazendo rivalidades dentro da Arena. A rivalidade existe, ela é um fato, ela vem trazendo prejuízo enorme à vida pública em Mato Grosso. Lima, Yara. Carlos Gomes Bezerra: Perfil Parlamentar de um Líder – 1975/1978.

MANUTENÇÃO DAS IDENTIDADES ANTERIORES NO MULTIPARTIDARISMO DO PÓS-DIVISÃO

Após a divisão do Estado em 1979 houve uma diluição das identidades partidárias anteriores ao golpe militar de 1964. Isto explica-se pela forte renovação de quadros ocorrida neste período, em função da opção por Mato Grosso do Sul das principais lideranças políticas do Estado como Pedrossian, Fragelli, Canale, Rachid Saldanha Derzi somada à morte e aposentadoria de outros nomes como Emanuel Pinheiro, Filinto Müller, João Ponce de Arruda e Fernando Corrêa da Costa. O único com mais de 50 anos e que mantinha fortes vínculos com o PSD era o Senador Gastão Müller.

Diante da relação difícil com o Governador Frederico Campos (1979-1983) e das sequelas deixadas pela disputa eleitoral de 1978, o grupo da Arena I, liderado por Garcia Neto, optou por não permanecer no partido sucedâneo da Arena, preferindo filiar-se ao Partido Popular (PP). A despeito de mais de uma década de tentativas de pacificação, as rivalidades PSD-UDN foram reativadas com toda força em 1978, em grande medida pelo próprio comportamento de Garcia Neto como Governador. Na reforma partidária de 1979, o PP foi criado para acomodar disputas regionais e compor com o PDS nas questões nacionais, reunindo os dissidentes da Arena e do MDB.

Os parlamentares federais e estaduais do PP passaram a fazer oposição aberta a Frederico Campos, com destaque para Milton Figueiredo na Câmara dos Deputados e Osvaldo Sobrinho na Assembleia. O próprio Garcia Neto apontou que a maioria dos que ficaram no PDS eram os egressos do antigo PSD que votaram contra ele nas eleições de 1978. Ele destacou que “[...] os amigos, entre aspas, do ex-PSD, fizeram uma campanha tremenda contra mim. [...] Eu os tratava como irmãos da Arena. [...] porque o PDS era o PSD, era o PSD, aqui em Mato Grosso, nossos adversários [...]”.

Com a saída dos ex-udenistas para compor o Partido Popular em Mato Grosso, o espaço ficou mais livre no PDS. O único ex-pessedista que foi para o PP foi o Senador Gastão Müller. Num pronunciamento na Câmara dos Deputados, ele afirmou que:

O bipartidarismo não funciona, é uma situação caolha, artificial e até chega as raízes do imoral, pois o bipartidarismo não existe de fato e está-se sendo hipócrita e fingido, ao falar-se nele, diante da sublegenda, que é, por excelência, o antibipartidarismo. Dai

repetir eu Rousseau: “Tudo que é mal em moral é mal também em política”¹¹.

Estas razões, portanto, podem ter se somado às nacionais. Gastão Müller, que já era crítico de alguns aspectos do sistema político adotado pelo regime civil-militar desde sua passagem pela Câmara dos Deputados (como a sublegenda e o bipartidarismo), adotou a mesma posição para com a direção do PDS, enfatizando seu autoritarismo e artificialismo. Ele passou a articular a criação de uma terceira legenda, no momento da reforma partidária de 1979. Filiou-se ao grupo que pedia a renúncia de Sarney da Presidência do PDS (um ex-udenista) e preconizava a fundação do Partido Democrático Independente ou Social Independente. Não por coincidência, os dois adjetivos que precedem “independente” (que demarcava a posição do momento) eram aqueles que compunham o nome do velho PSD. O líder maior desta bancada, o Senador Tancredo Neves, também fora do ex-PSD. Gastão Müller chegou, inclusive, a reivindicar a linhagem direta deste partido com seu PSD de origem, requerendo a mesma sigla, se não fosse proibido pela legislação vigente¹².

Uma matéria do *Jornal de Brasília* confirmou as filiações pesse-distas dos articuladores do PP ao dizer que:

O movimento que a cada dia ganha novos adeptos vai desaguar seguramente na criação de outro partido que, tenha o nome que tiver, na verdade será um prolongamento do ex-PSD, agremiação de origem dos principais dissidentes. A “escola de sabedoria política”, como muitos destes parlamentares insistem em chamar o velho PSD, vai reunir em seus quadros, caso se confirmem as atuais tendências, políticos bons de voto, embora sem grande liderança atualmente em seus Estados¹³.

Outro aspecto importante para explicar o engajamento de Gastão Müller nesta articulação foi a posição do Senador Filinto Müller de reativação do ex-PSD assim que fosse possível. Como Gastão Müller

11 Pronunciamento do Deputado Federal Gastão Müller na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, p. 12.043-12.044, 02/12/1976.

12 Mineiros lançam hoje partido independente. *Jornal de Brasília*, Brasília. 11/10/1979; Müller não desiste de criar o PI. *Correio Braziliense*, Brasília. 08/10/1979; Reunião do Ex-PSD mineiro. *Correio Braziliense*, Brasília. 10/10/1979; “Biônico” prefere um novo PSD. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 23/05/1979; PSD vai nascer do “racha” da Arena. *Última Hora*, São Paulo. 25/04/1979.

13 O velho PSD ressurge em seis Estados. *Jornal de Brasília*, Brasília. 06/10/1979.

se considerava herdeiro político de Filinto e estava ocupando a cadeira que fora de seu tio (o último mandato de Filinto, concluído por seu suplente Itálvio Coelho, terminou em 1979), ele buscou uma continuação do líder pessedista. Este trecho do *Correio Braziliense* apontou esta identidade política ao afirmar que:

A ideia de recriação do PSD não é nova. Ela nasceu no instante mesmo em que o AI-2, no tempo do Governo Castelo Branco, o extinguiu, juntamente com as antigas siglas partidárias. E um dos baluartes dessa cruzada foi o falecido Senador Filinto Müller, que em verdade nunca se conformou com o fim de uma agremiação “que prestou os mais assinalados serviços ao País, e que legou à Nação quase trinta anos de estabilidade política.”¹⁴

Entretanto, a maior movimentação no PMDB nesse período foi a incorporação do grupo do PP. A opção foi tomada pela Executiva Nacional do PP, da qual o ex-Governador Garcia Neto era membro. O objetivo era manter a postura oposicionista do partido. Este grupo do PP, originado da Arena I saiu enfraquecido eleição de 1982, pois, após a segunda derrota consecutiva (desta vez para Roberto Campos), Garcia Neto decidiu se aposentar das contendas eleitorais. Dos quatro deputados federais eleitos pelo PMDB nesta eleição, apenas Milton Figueiredo era integrante do grupo.

O PMDB elegeu quatro deputados federais, sendo três da “ala histórica” do partido, quer dizer, que vinham da militância no antigo MDB. Márcio Lacerda apontou que o resultado esperado a princípio era o inverso e que a grande disputa não foi com os candidatos do PDS, mas entre as duas alas do PMDB. Os ex-pepistas eram muito temidos pela força política e a articulação com o empresariado que detinham, pelo fato de terem pertencido à antiga Arena. Os eleitos foram Gilson de Barros (2º mais bem votado do Estado), Dante Martins de Oliveira, Márcio Lacerda e Milton Figueiredo.

Já na eleição para a Prefeitura de Cuiabá, em 1985, Dante de Oliveira aceitou ser candidato em acordo com Bezerra e Márcio Lacerda, tendo como adversário interno no PMDB o ex-prefeito e então deputado estadual Manuel Antônio Rodrigues Palma, representante do grupo do ex-PP. Os integrantes mais experientes deste, como o ex-Governador Garcia Neto, Estevão Torquato e Aecim Tocantins, sugeriram uma fórmula para permitir a convivência entre os dois

¹⁴ Ex-pessedistas articulam volta da antiga legenda. *Correio Braziliense*, Brasília. 20/05/1979.

grupos no interior do PMDB. O acordo previa a candidatura de Rodrigues Palma para a Prefeitura, em 1985, com ampla possibilidade de vitória em face do desgaste do Governo Júlio Campos em Cuiabá e do crescimento do PMDB, e a indicação de Dante de Oliveira como candidato a Governador pelo partido, em 1986. Seria uma forma de manter o comando político estadual em Cuiabá, com dois filhos da cidade em posições de destaque. A este respeito, Márcio Lacerda destacou que:

[...] Acabamos fazendo entre nós uma aliança que, por exemplo, todo o PP naquela eleição de 1986 queria a candidatura do Dante a Governador. E o Dante já tinha saído das “Diretas Já”. Mas o Dante foi para a eleição de 85 pra prefeito dentro de um entendimento conosco, tanto que fazia parte da ruptura. O quê que seria um acordo possível, que era o PP vinha trabalhando antes? E era facinho de fechar. O quê que era? Palma prefeito e Dante Governador, pronto !!! Por conta do nosso projeto de criar hegemonia do nosso grupo dentro do MDB, do novo MDB, do novo PMDB com a presença do PP, nós entramos com a candidatura do Dante na Prefeitura de Cuiabá para disputar com o Palma, para romper, pra inviabilizar o entendimento. [...] eles tinham o entendimento, que a grande forma de fazer o acordo interno era Palma Prefeito, Dante Governador. E realmente era, porque não teria dado a ruptura que deu depois. Na verdade eles tinham razão. A família do Dante originariamente era da UDN.

A eleição de Roberto França para a Presidência da Assembleia Legislativa em 1987 foi mais uma etapa do conflito do grupo do PP contra os egressos dos antigos MDB, porque ele fora o deputado estadual mais votado em 1986 e, pela regra informal adotada, teria direito a postular a cadeira de Presidente. Além disso, pela boa votação obtida em Cuiabá, ele se posicionava como candidato a Prefeito, em 1988, em contraposição ao candidato escolhido por Dante de Oliveira e Bezerra (José Meirelles). A imprensa captou este embate, na época, identificando a ala autêntica do PMDB como “xiita”, tendo o Vice-governador Edison de Freitas como seu líder. As suas posições contra a candidatura de Roberto França à Prefeitura de Cuiabá eram tidas como inconsequentes e divisórias para um partido que já enfrentava contradições internas.

Após a exclusão do PMDB deste grupo do PP, Carlos Bezerra buscou esvaziar também o poder da chamada “ala histórica” do par-

tido, que reunia os egressos do MDB. Ele articulou a candidatura a Governador em 1990 do Presidente do Bemat, Agripino Bonilha, que teria feito um bom trabalho na recuperação do banco e tinha bom relacionamento com o empresariado. Para o próprio Bonilha, Bezerra considerava a vitória do candidato governista muito difícil naquela eleição e, por isso pensou nele como um nome neutro e que não se tornaria uma ameaça no interior do PMDB. Ele trabalharia com a famosa tese da alternância com o grupo dos Campos, mais um exemplo de cultura política e permanência de identidades.

No entanto, pelo fato de Bonilha não pertencer ao quadro histórico do PMDB e ter ocupado posições de destaque na Arena e PDS, sua candidatura não foi bem aceita pelo partido. Este fato, somado ao ceticismo que havia sobre a sua capacidade de enfrentar o favoritismo de Jayme Campos, transformou a sua candidatura em mais um complicador para o PMDB. Carlos Bezerra, que renunciara ao Governo do Estado com o objetivo de se candidatar à Câmara dos Deputados, se viu pressionado pela militância a se candidatar ao Senado, contra Júlio Campos, para estruturar melhor a chapa majoritária e trazer apoio político para a candidatura de Agripino Bonilha para Governador. Márcio Lacerda, então presidente do PMDB, avaliou que:

Na eleição de 90, ainda no impacto do efeito Collor, achavam que tinha que tirar político, aí inventaram a candidatura do Bonilha, Bezerra, com Edson. Que foi a maior burrada política da minha vida. [...] O erro não é deles, o erro foi meu. Claro !!! Eu tinha que ter ido pra convenção. Mas aí por comodismo. Eleição pra perder. Toda a estrutura do partido querendo inventar, eu vou meter minha cara pra quê, de gaiato. Porque se eu fosse candidato, claro que o PMDB se alinharia mais com uma candidatura histórica ligada ao PMDB, do que o Bonilha, que tinha sido do PDS, tinha sido candidato a deputado estadual e não se elegeu. [...] Só que a candidatura do Bonilha não passou pra dentro do partido, ninguém aceitava. Aí o feitiço virou contra o feiticeiro. Aí o pessoal do partido veio pra cima do Bezerra, que o Bezerra era candidato a deputado federal. Não você vai ter que ser candidato a Senador. [...] Aí o Bezerra foi obrigado a ser candidato a Senador, pra que? Pra ele puxar o partido.

Ainda no final deste ciclo político iniciado no pós-divisão, permaneciam algumas identidades partidárias anteriores ao golpe de 1964. Mauro Cid comentou sobre a força da tradição pessedista em Mato Grosso e seu peso na eleição de 2002, apontando o conselheiro

Oscar Ribeiro como preceptor político de Gabriel Novis Neves e Júlio Campos, “guardião” desta herança:

Júlio gosta muito do Gabriel [...] Só que politicamente tem essa coisa de saber que o Gabriel poderia ser um grande líder, maior que ele até. Porque o Gabriel tinha um grande conselheiro, que é o mesmo do Júlio, que é Oscar da Costa Ribeiro. [...] Táí Oscar até agora, até hoje, orientando Jaime. [...] Com a paixão do PSD, não é com a paixão do PFL [...] Jonas, que a origem é PSD. [...] só está acontecendo Blairo Maggi neste momento pela exclusão do Roberto França [...] pelo endosso do Jonas ao Blairo [...] O Jonas puxou o restante do tradicionalismo da política. Puxou o Jaime [...] Puxou várias outras lideranças consolidadas de Mato Grosso, principalmente nesta região do médio-norte. [...] O tradicional da política de Mato Grosso, já olhava essa coisa toda de uma maneira pé atrás. [...] E sabia que não poderia competir com este pessoal, principalmente por uma questão: recurso financeiro, dinheiro. [...] A do Roberto Campos teve dinheiro pra fazê-lo, mas não teve a influência do dinheiro para poder transformar isto num mote político, porque tinha um candidato a Governador que era a própria representação da política de Mato Grosso tradicional, que era o Júlio. [...] Se o Jaime tivesse topado ser candidato ao Governo essa época, o Blairo teria endossado [...] Acontecesse que ninguém assumiu e deixaram pro Blairo ficar, porque ninguém acreditava na vitória. [...] Mato Grosso a partir da reeleição do Blairo zerou, outra vez, o quadro político (30/10/2006, entrevista).

Roberto França foi o último representante do grupo da originado na UDN em Cuiabá a postular posições estaduais. Mais uma vez esse grupo desempenhou papel importante no processo político, decidindo a eleição em favor de quem pendesse. E mais uma vez perdeu a chefia do Executivo estadual por erro de cálculo de um de seus líderes.

Vale observar que este grupo, dividido desde o Governo Jayme Campos, quando Roberto França se juntou a Luiz Soares no PSDB, foi quase reunificado no apoio a Blairo Maggi. Os seus expoentes e/ou pessoas próximas (Joaquim Sucena, Rodrigues Palma, Roberto França, Osvaldo Sobrinho, Louremberg) deram apoio político e ocuparam cargos no aparelho do Estado. Os bons resultados obtidos por Maggi em Cuiabá podem ser creditados, em certa medida, à influência política deste grupo. É possível inferir, portanto, que o grupo originado na velha UDN cumpriu no período pós-divisão uma função semelhante ao velho PTB, entre 1945-1965.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura deste artigo pudemos observar que Mato Grosso apresentou um forte histórico de preservação das identidades partidárias no período trabalhado (1945-2002). PSD, UDN e PTB já foram considerados por muitos analistas como os partidos nacionais que despertaram mais identidade durante a República. Eles deixaram marcas no período do bipartidarismo, como pudemos averiguar nos episódios da função da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Embora o grande defensor da instalação da universidade com sede em Cuiabá tivesse o então deputado federal Garcia Neto, de origem udenista, a instituição acabou tornando-se um reduto dos ex-pessedistas pela sua montagem no Governo Pedro Pedrossian (1966-1971) e pela forte influência do Senador Filinto Müller na administração pública federal.

Outra situação curiosa foi a eleição de 1978, que reativou as identidades partidárias prévias ao AI-2 ao reeditar a aliança PSD-PTB para derrotar a UDN. A Arena II de José Benedito Canellas uniu-se ao MDB do padre Raimundo Pombo para derrotar a Arena I do ex-Governador José Garcia Neto. A despeito dos esforços de “arenização”, realizados sobretudo no Governo José Fragelli, a convivência entre as duas alas tornou-se difícil e o conflito eclodiu.

As sequelas de 1978 tiveram efeitos deletérios, com a migração do grupo da Arena I (ex-udenistas) para o Partido Popular (PP), depois incorporado pelo PMDB. Tal incorporação também internalizou as disputas no PMDB, como nas eleições de 1985 e 1988 para a Prefeitura de Cuiabá. A composição citada por Márcio Lacerda em seu depoimento e já denominada por Araújo (2012) de “tríplice aliança” entre Carlos Bezerra, Dante de Oliveira e o próprio Lacerda demonstra claramente a preservação das identidades oriundas no período em que os três militavam no MDB.

Por fim, ainda no pós-divisão, impressionam as referências ao pessedismo de Júlio Campos, Gabriel Novis Neves, Oscar Ribeiro e Jonas Pinheiro. Assim como a desistência de Roberto França na eleição de Governador em 2002 aponta o encerramento deste grupo originado na UDN na ocupação da chefia do Poder Executivo estadual. São quase sessenta anos, portanto, no qual os partidos fundados contra ou a favor de Getúlio Vargas tiveram grande peso na formação das identidades partidárias no Brasil e também em Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e Separatismo na Elevação de Campo Grande a Capital*. Campo Grande: EdUFMS, 1999.

BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.

LIMA, Yara. *Carlos Gomes Bezerra: Perfil Parlamentar de um Líder – 1975/1978*.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Coisas do Cotidiano*. Cuiabá, s/ed., 2003.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1988.

_____. *Relatos Políticos*. Rio de Janeiro: Mariela, 2001b.

PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso Volume II*. Cuiabá, s/ed., 1995.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TEBET, Ramez. A História do PMDB no Mato Grosso do Sul. *Revista da Fundação Ulisses Guimarães*. Disponível em http://www.fugpmdb.org.br/Rev20_RTebet.htm. Acessado em 17/05/2007.

Depoimentos

Entrevista com José Garcia Neto.

Entrevista com Márcio Lacerda.

Entrevista com Mauro Cid.

Entrevista com Onofre Ribeiro.

Documentais

Tribunal Regional Eleitoral – MT. *Relatório Eleição 1966*. Cuiabá: TRE-MT, 1966.

Pronunciamentos parlamentares

Pronunciamento do Deputado Federal José Garcia Neto na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, 21/06/1967, p. 3550.

Pronunciamentos do Deputado Federal José Garcia Neto na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, 12/08/1967.

Pronunciamento de Senador Gastão Müller no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, p. 2746, 12/08/1982;

Pronunciamento de Senador Gastão Müller no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, p.1.841, 26/05/1982;

Pronunciamento de Senador Gastão Müller no Senado Federal em Brasília. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, p. 5.100, 27/09/1980.

Pronunciamento do Deputado Federal Gastão Müller na Câmara dos Deputados em Brasília. *Diário do Congresso Nacional*, p. 12.043-12.044, 02/12/1976.

Jornalísticas

Mineiros lançam hoje partido independente. *Jornal de Brasília*, Brasília. 11/10/1979;

Müller não desiste de criar o PI. *Correio Braziliense*, Brasília. 08/10/1979;

Reunião do Ex-PSD mineiro. *Correio Braziliense*, Brasília. 10/10/1979;

“Biônico” prefere um novo PSD. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 23/05/1979;

PSD vai nascer do “racha” da Arena. *Última Hora*, São Paulo. 25/04/1979.

O velho PSD ressurgue em seis Estados. *Jornal de Brasília*, Brasília. 06/10/1979.

Ex-pessedistas articulam volta da antiga legenda. *Correio Braziliense*, Brasília. 20/05/1979.

Gastão Müller afirma que sucessão não terá problemas. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 04/03/1978.

Palma continua na frente na luta pela sucessão de Anildo. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 08/05/1985.